

ENSAIOS

DESEJO E “APLICATIVOS DE PEGAÇÃO” GAYS: A busca de parceiros (homo)sexuais baseada em imagens heterossexualizadas

| 59

André Luiz Coutinho¹

Resumo: O presente ensaio nasce de discussões sobre o comportamento de LGBTIs, em específico os homens gays, em aplicativos de relacionamento na busca por parceiros sexuais. Objetivo, portanto, criar pontos de discussões de comportamentos online que sejam capazes de provocar desestabilizações da norma heterossexual. Parto da hipótese de que há, nessas buscas, uma construção e reverberação de uma imagética/visual de corpos ativos/passivos que se relacionaria aos padrões de comportamentos esperados à casais heterossexuais. Nesse sentido, este ensaio é construído a partir de pesquisa empírica e solidificado em teorias do campo de estudos sobre corpo, gênero e sexualidades. Desta forma, concluo apontando a necessidade de alinhamento da teoria à prática a partir de um exercício crítico de reflexão, problematizando as questões, supostamente naturais, que estão aparentes na trama virtual da busca online de parceiros para relações (homo)sexuais.

Palavras-chave: Desejo homossexual. Aplicativos de Relacionamento. Identidades heterossexualizadas. Corpo.

Introdução

Em uma cultura aparentemente regida por tecnologias de hipervisibilidade, somos levados a acreditar não apenas que tudo pode ser visto, mas também que tudo está acessível ao nosso consumo e para ele disponível.

Avery F. Gordon

Vamos começar pensando a imagem dos desfiles de Carnaval, quando, havendo problemas no desenrolar do desfile na Avenida, metade da escola se afasta da outra, criando um buraco. É assim que eu avalio o movimento LGBTI nos últimos anos, principalmente as discussões sobre os indivíduos gays.

¹Graduando em Pedagogia - IE/UFRRJ. Desenvolve pesquisas sobre gênero e sexualidades e suas interseções com a educação e com os Direitos Humanos. Email: alcoutinho1996@gmail.com

É com essa metáfora dos desfiles que quero começar este texto, pois avalio que em algum momento, nossas discussões e práticas se desconectaram das discussões da comunidade como um todo², e é como se em alguns pontos não tivéssemos mais contatos e discussões que visassem a desestabilização de opressões sofridas pela comunidade e, por algum motivo, passamos, nós gays, a reproduzir ideias, valores e imagens altamente heterossexualizadas³.

Não busco aqui apresentar um quadro fixo, rígido, carregado de supostas verdades absolutas, mas sim trazer questionamentos e provocações que sejam uteis para debates e formulações no campo das sexualidades e gênero, pensando especificamente a questão das conexões (homo)sexuais⁴. Também não desejo traçar um caminho pela gênese da homofobia ou das relações homoafetivas porque reconheço que há autores e pesquisadores que se debruçaram com maior empenho sobre essas questões em específico, como é o caso de Daniel Borrillo, que em seu livro “Homofobia: História e Crítica de um Preconceito”, lançado em 2010, traça com riqueza de detalhe a(s) gênese(s) da homofobia, ou ainda, as contribuições da professora Guacira Lopes Louro, que buscou apontar para a noção de invenção da homossexualidade no século XIX, chegando à conclusão que “[essas práticas] existiram antes, mas não com o caráter e o significado que assumem no período em questão” (2007, p. 242). Distingue-se, pois, a prática, da sua nomeação, pois como aponta Welzer-Lang (2001, p. 467) “a categoria ‘homossexual’ (não a prática designada nesta categoria) é recente. E é porque as ciências médicas designam uma categoria desviante que se pode, em seguida, criar seu corolário: a heterossexualidade”.

² De antemão descarto aqui as tentativas de pensar o Movimento LGBTI – o que estou chamando de “comunidade” - como único, estável. É importante salientarmos discrepâncias conceituais e de atuação dos diferentes Movimentos Sociais que levantam a pauta LGBTI, os Movimentos LGBTI. Como Movimento Social as dinâmicas de atuação, militância e teorização, de modo dialógico e cíclico, afetam e são afetadas pelas características políticas e sociais de determinada época/sociedade.

³ A noção que trabalho aqui se aproxima do que em Butler (2018) é chamada de heteronormatividade, que seria a pretensão de que mesmo que não sejamos heterossexuais, pelo menos estejamos enquadrados nas normas tidas como heterossexuais.

⁴ Opto por escrever desta forma para diferenciar as relações essencialmente sexuais das relações afetivas.

Considero que a análise que pretendo fazer aqui se aproxima das discussões sobre corpo e identidade e, para isso, faço uso das contribuições do professor Richard Miskolci, que escreve:

A história da criação de corpos e identidades sociais é também uma história dos modos de produção da subjetividade. Percebe-se, assim, que o espaço de problematização das relações entre corpo e identidade é maior do que parece à primeira vista, pois vai muito além das técnicas corporais propriamente ditas e alcança as formas como compreendemos a nós mesmos e, sobretudo, a forma como somos levados a ver o outro (MISKOLCI, 2006, p. 682)

Além do que já apontei, é importante registrar que este ensaio não busca – e nem pode – buscar os rumos da moralidade, de lançar a sexualidade como prática do privado, pois é justamente esta moralidade que construiu lugares subalternos para as práticas afetivas e sexuais divergentes da heterossexualidade. Como rememora Larissa Pelúcio, em prefácio para Miskolci, “perceber que a esfera íntima só pode ser compreendida em sua radicalidade quando assumimos que o pessoal é também político foi uma das grandes viradas epistemológicas do século XX.” (2017, p. s/p)

Os aplicativos e os sujeitos: criando categorias

Há um tempo, aproximadamente um ano, venho analisando os perfis gays em aplicativos de relacionamento – o que podemos chamar de “aplicativos de pegação” – e uma coisa me tem inquietado e feito refletir por ser recorrente: a brusca separação entre os ativos e passivos⁵. A supervalorização de um e a marginalização de outro, para ser mais claro.

Essa discussão vai além de uma distinção ingênua: é possível perceber que o “ser ativo” está inscrito muito além das preferências sexuais – digo preferências com relação ao ato sexual, à posição assumida durante o sexo -; o “ser ativo” passou a estar inscrito no seu corpo, na sua forma de se comunicar, de se portar. É possível, inclusive, tomarmos o conceito de Butler (2018) do gênero como performativo e avançarmos exemplificando como esta performatividade do gênero está exposta nas diversas imagens que compõem

⁵ Não proponho, neste trabalho, uma análise de sujeitos que se autointitulam “versáteis”, porém considero que, em alguma medida, esses sujeitos borram as delimitações.

as páginas iniciais destes *apps*. O que o sujeito decide, ou não, mostrar nas suas fotos de perfil – melhor dizendo, como mostram – é capaz de criar categorias. Podemos pensar essa argumentação de outro modo, como conceitua Goffman (1959, p. xi), para quem performances são

[...] as formas pelas quais um indivíduo se apresenta e apresenta suas atividades para outros, as formas pelas quais ele [sic.] guia e controla a impressão que outros têm dele [sic.] e os tipos de coisas que ele [sic.] pode ou não fazer enquanto sustentando sua performance perante eles [sic.].

Os sujeitos entendidos como ativos performam, em sua maioria, uma imagem agressiva, bruta, “ máscula ” – seja lá o que isto signifique – e/ou estão no campo dos corpos “ sarados ”, forjados na prática de atividades físicas. Como salienta Miskolci (2006, p. 684), tratando das questões relativas ao corpo e aos padrões supostamente estéticos: “ Guerreiro ou jogador, ambos incitam a conformação dos homens a um modelo de masculinidade dominador, agressivo e disciplinado, modelo que impõe limites corporais e identitários estreitos, pois se assenta em um duplo assujeitamento: corporal e subjetivo ”

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem “ passivos ”, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. Pois se trata bem disto, ser homem corresponde ao fato de ser ativo. E não foi por acaso que encontramos os estupradores dos homens, pois ativos e penetrantes não vivem como homossexuais. (WELZER-LANG, 2001, p. 468)

Desta forma, continua sendo perpetuada a noção de que aos corpos masculinos deve ser afastado qualquer sinal visual de feminilidade e/ou sentimentalidade. Tem que se ter a imagem do macho viril: mas, não era essa a desconstrução que queríamos fazer quando denunciávamos, enquanto comunidade, o sexismo, a masculinidade tóxica e afins, buscando a construção de uma nova epistemologia das masculinidades? Onde perdemos esse norte? Como voltamos, depois de anos de formulações, para este culto ao masculino, em específico à imagem do masculino heterossexual? Ou melhor: será que algum dia nos afastamos dessa ideia, ou ela foi apenas empurrada para o campo do privado, do oculto, do sigilo, do discreto? Como afirma o prefácio do livro de Miskolci, “ beneficiar-se da heterossexualidade (presumida ou afirmada nas relações cotidianas) é para muitos um

bem simbólico que só pode ser arriscado caso o parceiro em potencial apresente ganhos ao outro” (2017, p. s/p)

Chegamos a um ponto onde, mesmo discutindo a valorização das manifestações do feminino – ou do que, em nossa sociedade, entendemos como pertencente ao polo feminino –, ainda colocamos as manifestações, as performances femininas como marginais e subvalorizadas; reforçamos um “gap” onde a mulher, ou em outras palavras, as performances esperadas para o polo feminino, está em situação de desigualdade e opressão. Nossas práticas não estão dialogando com nossos discursos. Nossas formulações teóricas caminharam, mas nossas ações ficaram paradas; criou-se um buraco em nossa evolução.

E é justamente neste buraco, neste lugar de marginalização, que estão os sujeitos passivos, ou que trazem em seu visual marcas que o caracterizariam como passivo. Este indivíduo está neste espaço – digo, nesta falta de espaço – justamente por invadir, borrar as fronteiras do gênero e do sexo. Ele supostamente desempenharia o papel sexual do feminino, o papel de passividade frente ao ato sexual.

Ainda que tenham se alargado as possibilidades de encontros para homens que procuram amor e sexo com outros homens, estes têm se dado cercados por recusas, frustrações e regulações que os próprios usuários estabelecem, como uma espécie de filtro moral, excluindo aqueles que não parecem dignos do desejo do outro (MISKOLCI, 2017, p. s/p)

Reafirmo: a construção imagética/visual do sujeito passivo das relações (homo)sexuais tem sido a imagem do “afeminado”, o que acaba tornando-o sujeito desvalorizado⁶, pois nossa sociedade construiu e foi construída sob a ideia de um feminino que pode, ou melhor, que deve ser marginalizado. Nesse sentido, a professora Megg Rayara de Oliveira vai denunciar que “o passivo é feminino, logo a bicha também o é. A feminilização é imediata, colocada como critério para embichalhar alguém. [...] Assim, nessa lógica, onde os papéis sexuais definem o papel social, a bicha só pode ser feminina. O feminino é sempre menor.” (2018, p. 169)

⁶ Tal noção, em ambientes virtuais, é chamada de “Bottom shaming” que, em tradução livre seria comentários de desaprovação, expressões negativa e de desprezo feitas por homens gays a outros homens gays que são passivos em relações sexuais que envolvem penetração.

Homens ficam mais confortáveis em dizer que são versáteis que admitirem que são passivos por conta dos estereótipos associados à essas posições. Ativos são vistos como macho, geralmente masculinos e dominadores, enquanto que passivos são considerados mais femininos e submissos quando se trata de sexo. Óbvio que existem exceções e você encontrará ativos femininos e passivos dominantes, mas a masculinidade tóxica ainda desempenha um papel importante na comunidade gay e influencia os estereótipos que nós temos sobre as posições sexuais. (WOODS, 2019, s/p. Tradução minha)⁷

Sendo isto tão problemático – essa associação linear e pretensamente biológica entre papéis sexuais e papel social - e tão denunciado por teóricas feministas e contribuintes de pesquisas bichas, porque, mesmo que inconscientemente, continuamos repetindo estes padrões, sem dispormos tempo ao compromisso de repensarmos nossas práticas?

Podemos esboçar alguns questionamentos: Onde e quando se decidiu que os sujeitos “afeminados” – aqueles que avançam ao espaço das feminilidades - são obrigatoriamente passivos? Quando e onde convencionou-se que o polo ativo das relações sexuais tem que ser o homem viril e de perfil atlético? Será que – mal - acostumamos nossos olhares a ponto de criarmos essa cisão entre corpos aptos e inaptos à passividade sexual⁸? Além disso, passamos a espelhar nos relacionamentos (homo)afetivos e (homo)sexuais as imagens de casais heterossexuais, colocando, nesse caso, a mulher como sujeito passivo e o homem como ativo? Será que não incorporamos em nossas relações esses conceitos imagéticos/visuais e comportamentais heterossexualizados?

Não é incomum encontrarmos nesses aplicativos as descrições – que podem, inclusive, ser os nomes dos perfis: “discreto”, “sigilo”, “não aos afeminados”, entre outras formas linguísticas de delimitar contatos e criar categorias que serão acionadas sob o signo das preferencias e gostos; mas até que ponto nossas preferencias e gostos são

⁷ “Men are more likely to say they are versatile than admit they are a bottom due to the stereotypes associated with the positions. Tops are viewed as macho, generally masculine, and dominant, whereas bottoms are considered to be more feminine and submissive when it comes to sex. There are exceptions, of course, and you will find a feminine top or a dominant bottom, but toxic masculinity still plays a huge part in gay community and influences the stereotypes we have about sexual positions”.

⁸ Digo desta forma fazendo referência aos sujeitos que, nas relações sexuais, havendo ou não a penetração anal, são identificados/se identificam como passivos.

exclusivamente nossas, e até que ponto elas são moldadas e construídas na relação com a cultura? Quais os limites da socialização na construção das preferências?⁹

Assim, nas últimas décadas, quando assistimos à politização do sexo, passamos também a viver a privatização do desejo homossexual. O match substituiu o flerte, individualizando e higienizando os contatos. Os “fora do meio”, os “machos”, aqueles que não “miam” e nem são “afeminados” pedem “bom senso” e distância aos que a eles não se assemelham (MISKOLCI, 2017, p. s/p)

Até que ponto a produção destas categorias são capazes de contribuir para que as expressões afetivo-sexuais subversivas à heteronorma sejam marginalizadas, vulgarizadas e prejudicadas por um possível escorar-se em padrões cis-heterossexuais? Estamos há mais de 50 anos lutando por visibilidade e garantia de nossos direitos sexuais, iniciando este processo com o protagonismo de travestis e transexuais que efetivamente subvertem a lógica pretensamente estável do sexo e do gênero, e utilizamos, paradoxalmente, os espaços digitais para produzirmos a ideia de sigilo e discrição de nossas práticas sexuais. Dessa forma, como sugere Colling, Arruda & Nonato (2019, p. 7), a partir de Butler, “a heteronormatividade possibilita a existência de determinados corpos como humanizados e outros corpos como abjetos, aqueles que não gozam o status de sujeito”.

A quem importa esconder no armário as formas de se relacionar sexualmente divergentes do modo heterossexual?

Não estou aqui pretendendo padronizar comportamentos, nem ditar regras para o bom uso de aplicativos, pelo contrário, estou questionando enquadramentos que vão de encontro às nossas formulações de militância. Meu objetivo com este ensaio é propor discussões, questionamentos, desestabilizações, subversões de noções tomadas como naturais, mas que na realidade estão fortemente marcadas pela cultura e pelo poder, no sentido foucaultiano. Se lutamos pelo direito à pluralidade sexual, pelo fim da masculinidade tóxica, do sexismo, pela superação dos padrões fixos e rígidos que servem para nos afastar por não sermos ou comportarmo-nos nesses padrões, porquê e em que

⁹ Para Butler (2014) “pode-se certamente admitir que o desejo é radicalmente condicionado sem alegar que ele é radicalmente determinado, e pode-se reconhecer que há estruturas que tornam o desejo possível sem alegar que essas estruturas sejam atemporais e resistentes, impermeáveis às mudanças e deslocamentos (p. 259-260)

ponto passamos a reproduzir esses mesmos padrões e de quais estratégias dispomos para fazermos outras formas de conexões e buscas por parceiros sexuais? Se as formas de opressão às mulheres, ao feminino, ainda estão vivas e ativas, por que passamos a, mesmo que inconscientemente, reproduzir estas formas simbólicas de opressão? Uma resposta pode ser ensaiada junto à Vidarte, que escreve:

Assim quem se vê instalada e segura, a bixa se esquece dos companheiros de cela, de prisão, de exílio, de fuga, não conhece ninguém, se esquece das amizades inconvenientes para sua nova situação, de um passado em que se viu obrigada a andar com indesejáveis, impotentes, incapazes de se libertarem como elas fizeram, e começa a preocupar-se e a ocupar-se unicamente da sua xana, do seu cuzinho de bixa privilegiada que só quer ter amizades convenientes e influentes. Tenho a sensação de que muito poucas bixas e sapsas suportariam o Teste da Única Pergunta: “Quando foi a última vez em que você não pensou apenas no bem-estar da sua xana, na satisfação privada do seu cu viado?” (VIDARTE, 2019, p. 25).

Já paramos para questionar o quanto esses enquadramentos e categorizações de corpos e performances delimitam legitimidades e ilegitimidades? Como excluímos nossos pares que têm marcados em seus corpos formas de ser/estar no mundo diferentes da masculina¹⁰? Na linha butleriana, por exemplo, o imperativo da heterossexualidade possibilita a produção de “seres considerados abjetos, aqueles que não são propriamente generificados, humanizados, que não gozam do status de sujeitos” (COLLING, ARRUDA & NONATO, 2019, p. 9) Se não estivermos dispostos a (re)pensar e problematizar questões como estas, estaremos nos identificando, na nossa busca por parceiros, com o que apontamos como opressor – por mais paradoxal que isso possa parecer.

Vamos ainda voltar a pensar: como esta equação virilidade = ativo *versus* feminilidade = passivo está carregada de conceitos sexistas e misóginos sobre as feminilidades? Essa não é uma equação que desenha diferenças, mas sim desigualdades¹¹. Posicionamos o feminino, novamente, como polo menos valorizado, logo, marginal até mesmo nas nossas praticas afetivas e sexuais. Como sugere Jésio Zamboni (2016, p. 18)

¹⁰ Digo no plural por falar, neste ponto, da noção conservadora da masculinidade como uma categoria estável e única, que seria incorporada de forma natural aos sujeitos/corpos.

¹¹ Tomo a noção de desigualdades de Benevides (2013), que afirma que “[...]A desigualdade pressupõe uma valoração de inferior e superior, pressupõe uma valorização positiva ou negativa [...]”

“a bicha passa a ser definida, então, como produto de uma sociedade hierárquica, que divide-se em passivos e ativos sexuais, referente ao feminino dominado pelo masculino”, e assim “só é considerado um ‘verdadeiro veado’ aquele que se deixa penetrar e não aquele que ‘penetra’”. (WELZER-LANG, 2001, p. 468)

Por esta série de motivos que sustento que a luta das mulheres não é, nem deve ser, uma luta descolada das lutas da comunidade LGBTI, visto que o polo opressor continua sendo o mesmo – claro que com nuances e ações diferentes: a hegemonia do masculino, pois como sustenta Welzer-Lang (2001, p. 460)

As relações homens/mulheres e homens/homens, analisadas aqui como relações sociais de sexo, parecem ser em todos os casos – hipótese que eu defendo – o produto de um duplo paradigma naturalista: – a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; – a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como “normal” e “natural” está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As outras sexualidades, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais... são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como “diferentes”.

Na lógica do opressor, qualquer ação, performance e/ou discurso que desafie a suposta verdade sacro-santa de uma hegemonia masculina ocidental deve ser combatida e, nesse combate, quem é atacado frontalmente são as mulheres e os LGBTIs, principalmente os LGBTIs que, visualmente, carregam signos que extrapolam os limites do gênero, como é o caso de gays/bissexuais que performam feminilidades, lésbicas que performam masculinidades e as travestis e transexuais. Por isso não devemos menosprezar e/ou afastarmo-nos uns dos outros.

Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, à doxa de sexo e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal (WELZER-LANG, 2001, p. 468)

Os sujeitos que conseguem alguma forma de – uma suposta - passabilidade devem compreender que foram incorporados à lógica heterossexual, mas mesmo assim em um espaço de margem; não é mais possível isto! O que queremos é criar formas de subversão

da norma; criar novas epistemologias das sexualidades; criar compreensões outras para além da heterossexualidade.

Outra questão que me ocupo é: como uma suposta heterossexualidade “curiosa” é erigida nesses aplicativos para mascarar e negar uma relação (homo)sexual? Ressalto que não estou falando das relações afetivas, mas sim das relações sexuais. Percebem como algumas manifestações sexuais estão tanto no campo do marginal que pessoas negam, mascaram, escondem seus desejos porque “ninguém pode descobrir que ele tem um impulso sexual para o indivíduo do mesmo sexo”? Como ressalta Miskolci (2017, p. s/p), tratando de seus interlocutores, “[...] esses interlocutores se compreendiam como heterossexuais, não aspiravam a uma identidade bissexual e, muito menos, homossexual”. Essa lógica é cruel, mas está tanto “na moda” que parece que já incorporamos e normalizamos discursos assim. Nas palavras de Larissa Pelúcio, escrevendo o prefácio do livro de Richard Miskolci:

Diante da histórica marginalização dos locais de encontros gays, o serviço comercial dos aplicativos acena com o que antes era praticamente impossível: buscar um parceiro do mesmo sexo sem se expor no espaço público, ou seja, sem temor, vergonha e, fato a ser sublinhado, sem ter que reconhecer a si mesmo como parte do segmento homossexual. O chamado “meio gay”, tido por muitos homens como um espaço físico contaminado e contaminante, parece se encerrar em uma geografia evitável. Estar no aplicativo é, para muitos interlocutores de Miskolci, estar “fora do meio”. Mais que isso, é experimentar uma espécie de agência, de capacidade de escolha, que os coloca intencionalmente distantes da “cena gay”. (2017, p. s/p)

A descaracterização do sujeito, a negação do desejo sexual, a “brotheragem”, enfim, situam as relações (homo)sexuais na periferia do conjunto de desejos sexuais – não cabendo aqui fazer uma genealogia de como as sociedades viram e veem as relações (homo)sexuais. A pretensa postura de pensar que apenas as lésbicas sofrem a com a marginalização de suas sexualidades – e aqui não proponho discutir “qual sofre mais, qual sofre menos”, reconhecendo, contudo, a existência de um apagamento das sexualidades lésbicas -, fez com que gays, numa jogada egoísta e prepotente, abandonassem as mulheres lésbicas “à própria sorte” no campo das lutas pela valorização/reconhecimento de seus afetos, não reconhecendo que a mesma opressão é responsável por marginalizar-nos também. Concordo, assim, com Daniel Welzer-Lang, para quem “para ser completa,

a análise crítica do masculino deve assumir a crítica do conjunto do modelo macho” (2001, p. 470)

Podemos passar para outra questão a ser defendida brevemente. Quando racializamos todo este debate que viemos construindo a situação ainda é pior e mais caótica, principalmente nas relações entre sujeitos gays. Okabayashi (2019, p. 20) esboça que “a comunidade gay construiu-se pautada na branquitude” e “este processo influencia e dita suas dinâmicas de desejo e desejabilidade, organizando desta forma uma hegemonia branca”. Colado a este processo, o corpo preto é violentamente reificado, tanto nas relações (hetero)sexuais, quanto nas relações (homo)sexuais. Não falta ao conhecimento de ninguém as imagens estereotipadas do gay negro: ou é objeto de chacota, ou é objeto de hipersexualização.

A busca pelo “negro, alto, bonito e sensual” – a situação é ainda pior para os corpos pretos femininos - retira a humanidade dos sujeitos e os coloca como itens na prateleira de uma loja, ao alcance das mãos, do *like*. Os sujeitos não-pretos, por vezes, não percebem a violência inerente ao processo de reificação do sujeito. Retorna a noção histórica e racista de que o corpo preto não tem alma, não é gente, sendo, portanto, um corpo público.

Reiteramos a todo momento o ideal do gay negro como: para ser suficientemente bom, tem que deixar-se ser hipersexualizado, ter músculos “saltando”, cumprir a função sexual de ativo e sendo objeto de e para a realização de fetiche; tem que ser, visualmente, o Michael B. Jordan. Retomamos à estaca da construção visual, do imaginário, da criação de categorias e identidades a partir dos corpos. Se você não se encaixa nesse padrão, quem é você além de um corpo a ser motivo de chacota e mais violências? Ainda poderíamos passar um tempo falando sobre como se busca relações sexuais inter-raciais¹², mas as relações afetivas repelem os corpos pretos – tanto de homens, quanto, e principalmente, de mulheres – mas não constitui o objetivo deste ensaio.

Parece loucura apontarmos um quadro deste em pleno 2020, sec. XXI, mas essa situação se arrasta em nossa sociedade e afeta corpos e mentes negras; reflexo do racismo

¹² Para uma análise das relações que envolvem o consumo e a representação dos corpos amarelos nos materiais pornográficos consumidos no Mundo Ocidental, ver Okabayashi (2019)

que o Brasil se recusa a assumir, e do racismo que a nossa militância, por vezes, ainda ignora, quando não reafirma.

Encerrando...

| 70

Falo que percebo esta busca por parceiros baseada em imagens heterossexualizadas, porque entendo a heterossexualidade como um regime político, assim como afirma Colling & Nogueira (2015, p. 182) ao apontarem que

[...] na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza as nossas vidas.

Fomos e estamos sendo moldados, lidos e organizados/categorizados por vários dispositivos culturais, políticos e sociais que têm em sua gênese elementos de poder e de opressão. Reconhecer isto é o primeiro passo para que possamos ressignificar e subverter a ordem. Depois precisamos alinhar nossas ações aos nossos discursos, de forma que não reproduzamos as opressões.

As variadas formas de violências que fomos submetidos, e os modos como elas se intersectam, deveria ter sido capaz de fazer com que nos fortalecêssemos enquanto comunidade – entendendo, contudo, que não existe um grupo coeso, posto que a militância é uma arena que envolve negociações, embates, divergências, mas há, contudo, que se buscar pontos que nos liguem -, a ponto de gerar-nos um sentimento de repulsa às formas de opressão e cainharmos para um fortalecimento interno. Sustento que isto só vai acontecer quando nós passarmos a reconhecer que há em nossa vivencia particular questões a serem desconstruídas, bem como, dependendo de quais sejam nossas inserções nos espaços, dos privilégios que dispomos; quando reconhecermos nossos erros e buscarmos superá-los; quando reconhecermos quem são nossos “aliados”; quando passarmos a agir enquanto conjunto e quando tratarmos de forma séria as discussões sobre masculinidades e feminilidades de forma que nossos posicionamentos, até mesmo no campo do privado, não sejam o reflexo e a reincorporação de elementos políticos e imagéticos/visuais de uma sociedade masculina, cis-heterossexual, problemática e altamente opressora.

Como apontou Larissa Pelúcio no prefácio do livro “*Desejos Digitais – Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*” (2017), do professor Richard Miskolci, “Ser publicamente heterossexual ainda é uma espécie de imperativo, e enfrentar esse regime regulatório da visibilidade dos desejos e afetos pode ter custos sociais altos.”

[...] a despeito da despatologização e descriminalização da homossexualidade em boa parte do mundo, o desejo homossexual continuou a ser perseguido no espaço público nos últimos sessenta anos. Perseguição que não tem mais como agentes principais as forças repressoras da medicina psiquiátrica e da polícia, mas o controle de outras não menos eficientes: as culturais e midiáticas. (MISKOLCI, 2017, p. s/p)

Retomando à alusão inicial, não podemos deixar que em nosso desfile sejam criados buracos. Precisamos de uma evolução coesa.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 1-11, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e Crítica de um Preconceito**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 16 ed, 2018

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

COLLING, Leandro; ARRUDA Murilo Souza; NONATO, Murillo Nascimento. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 57, 2019

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sergio Rodrigues da Silva (orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Nova York: Anchor Books, 1959.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever.... **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 25, p. 235-245, 2007. p. 241

MISKOLCI, Richard. *Corpos Elétricos: do assujeitamento à estética da existência. Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais**: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

OKABAYASHI, Hugo Katsuo Othuki. **Pornografia gay e racismo**: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia ocidental. Monografia (Bacharelado em Cinema & Audiovisual). Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019

| 72

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! *Periodicus*. n. 9, v. 1, p. 161-191, maio-out. 2018

VIDARTE, Paco. **Ética bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. Trad. Maria Selenir Nunes dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2019.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do Masculino: Dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001

WOODS, James. **Bottom Shaming needs to stop**. 01 dez. 2019. Disponível em: <https://medium.com/an-injustice/bottom-shaming-needs-to-stop-fb19ef30e302>. Acesso feito em: 27 dez. 2020

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha**: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Desire and gay "grabbing applications":

The search for (homo)sexual contacts based on heterosexualized images

Abstract: This abstract must have up to 500 words. This essay is the result of discussions on the behaviour of LGBTIs, specifically gay men, in relationship apps in the search for sexual partners. The aim, therefore, is to create discussion points for online behaviour that are capable of causing destabilisation of the heterosexual norm. I assume that in these searches there is a construction and reverberation of an imagery/visual of top/bottoms bodies that would relates to the patterns of behaviour expected of heterosexual couples. In this sense, this essay is constructed from empirical research and solidified in theories in the field of body, gender and sexuality studies. Thus, I conclude by pointing out the need to align theory with practice from a critical exercise, problematizing the issues, supposedly natural, that are apparent in the virtual plot of the online search for partners for (homo)sexual relationships.

Keywords: Homosexual desire. Relationship Applications. Heterosexualized Identities. Body.

Recebido: 27/07/2020

Aceito: 22/12/2020